

**ECD VALORIZADO  
NÃO PODE SER  
ECD MINADO!**



**ReCAP não serve  
à valorização da  
carreira docente!**

A adoção do ReCAP como referencial  
para a profissão docente acabaria com  
a profissão como a entendemos!



*A tentativa do governo/MECI para que o Referencial de Competências para a Administração Pública (ReCAP)\* seja aplicado à profissão docente constitui um sério risco de **descaracterização do trabalho dos professores** e de ataque à sua autonomia profissional. O governo, como sempre, conta com o suporte “sindical” das organizações do costume, estando a FENPROF bem fundamentada e a as suas posições suportadas pelo conhecimento dos diplomas que o governo quer adotar para enquadrar a carreira docente. Concebido para uma lógica geral e transversal da Administração Pública, o ReCAP (Portaria n.º 214/2024, de 20 de setembro) ignora a **natureza específica, pedagógica, científica, ética e relacional da docência**, tratando-a como mera função administrativa ou técnica.*

*[\*Diploma aprovado pelo governo, há um ano, sem qualquer negociação.]*

Ao privilegiar competências genéricas e modelos de desempenho inspirados em lógicas gestionárias, com o ReCAP, o governo pretende promover uma visão redutora da profissão, centrada em metas, resultados mensuráveis e cumprimento formal de procedimentos, secundarizando o essencial: a relação educativa, o domínio científico, a reflexão pedagógica e o compromisso social da escola pública.

A sua utilização como referência para avaliação de desempenho, progressão na carreira ou organização do trabalho docente não só atira a docência para o domínio avaliativo imposto pelo SIADAP (Sistema Integrado da Avaliação do Desempenho da

Administração Pública), como representa um **agravamento da burocratização**, o aumento da carga administrativa e uma ameaça à negociação coletiva, podendo introduzir critérios alheios ao **Estatuto da Carreira Docente** e abrir espaço à arbitrariedade e à desigualdade.

A profissão docente não pode ser avaliada nem regulada por instrumentos concebidos à margem da sua especificidade. Os professores não são gestores de processos, nem executores de grelhas de competências: são e devem continuar a ser profissionais qualificados, com responsabilidade pedagógica e científica, cuja autonomia é condição essencial para uma escola pública democrática, inclusiva e de qualidade.

Reafirmamos, por isso, que **qualquer referencial aplicável à docência deve ser próprio, negociado e respeitador do ECD**, rejeitando a imposição do ReCAP como instrumento de controlo, padronização e desvalorização da profissão docente.

Ou seja, se é verdade que o governo introduziu como garantia, que a carreira docente é regulada no Estatuto como uma carreira de regime especial, de grau de complexidade funcional 3, tal não constitui uma garantia relativamente ao desenvolvimento do processo negocial futuro em relação ao conjunto de matérias que serão tratadas. **Este enquadramento através do ReCAP é mais um “cavalo de Tróia” ou uma “mina armadilhada” para o que o governo quer efetivamente fazer e tem assumido no seu programa.**

O **Referencial de Competências para a Administração Pública (ReCAP)** pode influenciar negativamente a profissão docente quando é aplicado de forma acrítica e transversal, ignorando a **especificidade pedagógica, científica e ética da docência**. Os principais riscos são os seguintes:

## 1 Descaracterização da profissão docente

O ReCAP foi concebido para a Administração Pública em geral, assente numa lógica **funcionalista e gestionária**. A sua aplicação à docência tende a:

- reduzir o professor a um “técnico executante”;
- diluir a dimensão pedagógica, relacional e emancipadora do ensino;
- subordinar o trabalho docente a modelos de desempenho típicos da gestão administrativa.

## 2 Avaliação centrada em competências genéricas

Ao privilegiar competências transversais (liderança, orientação para resultados, adaptabilidade, eficiência), o ReCAP pode:

- secundarizar o domínio científico e pedagógico;
- promover uma avaliação baseada em indicadores formais e mensuráveis;
- favorecer uma lógica de **cumprimento de metas** em detrimento da qualidade educativa.

## 3 Reforço da burocratização e da carga administrativa

A transposição do ReCAP para o contexto escolar tende a:

- aumentar procedimentos de registo, relatórios e evidências;
- afastar os docentes do trabalho com os alunos;
- agravar o desgaste profissional e o risco de burnout.



## 4 Instrumentalização na avaliação e progressão na carreira

Quando usado como base para avaliação do desempenho ou progressão:

- pode introduzir critérios alheios ao **Estatuto da Carreira Docente (ECD)**;
- fragiliza a negociação coletiva;
- abre espaço à arbitrariedade e à desigualdade entre docentes.

## 5 Erosão da autonomia profissional e pedagógica

O ReCAP, ao impor perfis comportamentais padronizados:

- limita a liberdade pedagógica;
- condiciona a inovação crítica;
- promove a conformidade em vez da reflexão profissional.

## 6 Alinhamento com lógicas de mercado

A valorização da “performance”, “resultados” e “eficiência” aproxima a escola de modelos empresariais, o que:

- colide com a missão pública da educação;
- transforma alunos em “outputs”;
- desvaloriza a função social, cultural e democrática da escola.

O ReCAP torna-se problemático para a profissão docente quando é usado como instrumento de controlo e não de valorização; se sobrepõe ao ECD e à especificidade da docência; reforça a burocracia e a avaliação padronizada; fragiliza a autonomia e a dignidade profissional.

Os professores e educadores do ensino público não superior não terão outra forma de impedir esta mudança tão negativa que não seja a luta.

Com um plenário no dia 30 de janeiro e uma caravana que percorrerá os 18 distritos do continente e as regiões autónomas, entre 19 de fevereiro e 4 de março, procurarão perseguir, dessa forma, este objetivo: valorizar a profissão e levar o governo a uma mudança de política que seja determinante para fazer face ao grande problema, do qual ninguém pode alhear-se, a falta de professores.

**A luta é o caminho.  
O apoio dos portugueses à ação dos docentes é fundamental.**

